

(DES) CONTROLE DOS TERRITÓRIOS – E DE SUAS FRONTEIRAS – NUM MUNDO GLOBALIZADO¹

(DES) CONTROL DE LOS TERRITORIOS – Y SUS FRONTERAS – EN UM MUNDO GLOBALIZADO

André Roberto **MARTIN***

Sem falsa modéstia, a verdade é que, na década de 1980, pouquíssima gente se preocupava com a discussão das fronteiras. Mas algum interesse que eu tinha pelas questões geopolíticas me dizia que eu precisava tratar desse tema, e logo em seguida veio à queda do Muro de Berlim, o que levou ao reconhecimento geral de que se tratava de algo realmente importante.

Vou partir de uma proposição que é a seguinte: quem produz ideologia deixa de ser fronteira, ou seja, quem tem capacidade de formular uma idéia nova, deixa de ser periférico. A diferença entre o centro, a zona de transição, e a periferia, diz respeito exatamente a essa capacidade de gerar inovações, capacidade que diminui, no sentido político, da capital para a fronteira. No campo da ideologia – nós temos assistido – está cada vez mais limitada essa capacidade de produzir inovações. O último grande grito de ordem ideológica – nós sabemos muito bem – saiu em 1991 com o famoso Consenso de Washington, e de lá para cá, o mundo viveu a hegemonia do discurso neoliberal, ainda dominante, apesar de que a aplicação das idéias neoliberais não frutificou, isto é, elas não produziram o resultado esperado, dentro, aliás, dos marcos que o próprio neoliberalismo propunha.

Para começar lembremos que com a privatização – dizia-se – ocorreria um retraimento do Estado que tornaria possível se obter serviços coletivos de melhor qualidade e com preços menores, devido à concorrência, obtendo-se maior capacidade de atendimento à população, com diminuição da dívida pública. Nada disso ocorreu. Os preços dos serviços públicos aumentaram bastante – inclusive a incensada telefonia – a dívida pública também, não há universalização desses bens e serviços e, ainda por cima, não se obteve a homogeneização do mundo, e nenhum movimento no sentido de uma maior igualitarização entre as classes ocorreu. Muito pelo contrário. Portanto, o que se verifica em termos do que de fato aconteceu, ao contrário do discurso dominante, é um afastamento cada vez maior dos lugares entre si, e não a sua integração. A tal ponto que uma coisa tão simples como o deslocamento dentro de seu próprio país ou cidade tornou-se difícil. Como eu moro em São Paulo vivo o drama cotidiano de me deslocar para o trabalho, o que é uma dificuldade imensa. Agora mesmo tivemos um problema aéreo no Brasil e vimos como a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo ficou difícil, de modo que não está havendo esta integração.

¹ Transcrição da mesa-redonda “Fronteiras: Territórios em Conflitos” do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG), apresentada na noite de 23 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon. Transcrito por Diane Daniela Gemelli, Djoní Roos, Erwin Becker Marques, Gabriel Rodrigues da Silva, Leandro Daneluz Gonçalves e Leandro Neri Bortoluzzi.

*Prof. Drº. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail, andremartin@brfree.com.br

A internet pode provocar a ilusão de que estamos ligados ao mundo, mas isso não corresponde inteiramente à realidade, porque é tão aleatória essa ligação que podemos ter com quem quer que seja, que isso não constrói qualquer solidariedade palpável e que seja capaz de mobilizar a sociedade numa direção transformadora.

Há uma dificuldade metodológica muito grande para examinar-se o tema das fronteiras, dos territórios e dos conflitos, esses três conceitos que estão articulados na proposta dessa mesa-redonda, porque de fato, existem recortes que precisam ser trabalhados sincronicamente e, normalmente, eles são operados diacronicamente. Eu gostaria de salientar que não se pode separar a organização territorial do espaço geográfico, da organização de classes do conjunto da sociedade. A sociedade é dividida em classes e o espaço dividido em territórios. Mas não podemos olhar isso separadamente, porque territórios e classes sociais estão em constante interação dialética. A luta de classes tende a se territorializar, assim como os territórios contêm a luta de classes em qualquer escala.

Sendo assim, outra dificuldade adicional é percebermos o tratamento do tema das fronteiras a partir das fases históricas – o professor Márcio Antonio Cataia² lembrou bem -, *“as fronteiras são construções históricas e estão relacionadas ao Estado”*. Nós temos que verificar as fases do Estado, pois ele possui uma certa evolução, sobretudo no que diz respeito ao território e à manipulação territorial. Ao mesmo tempo, existe uma estruturação maior que é do sistema de Estados. Nem sempre os Estados agem conjuntamente no mesmo ritmo, então cada parte do mundo vive um momento diferente. Isso tudo cria um embaralhamento de escalas e territórios muito grande.

Pelas funções que o Estado tem como protetor de uma comunidade nacional diante de eventuais agressões e outras temeridades, como também proteção de cada indivíduo internamente em decorrência da violência de outros indivíduos, um Estado precisa construir um território e, por isso, a primeira fase da vida dos Estados coincide com a formação de suas fronteiras. É compreensível. Não é possível haver um mínimo de tranquilidade coletiva se o território está constantemente ameaçado de invasões, de forma que é preciso estabelecer fronteiras para se proteger a sociedade nacional de contatos indesejáveis – daí a função dos militares –. Estar nas fronteiras para proteger a sociedade de eventuais agressões que venham de fora, a fim de garantir esse mínimo de tranquilidade e para que o Estado possa assumir outras funções, passa a ser função precípua das Forças Armadas. Estabelecidas e guarnecidas as fronteiras, não havendo mais ameaças iminentes às fronteiras e ao território, o passo seguinte que o Estado tem que fazer é justamente ligar essa epiderme do Estado ao seu núcleo central, ou seja, realizar a construção de estradas que articulem as fronteiras e as capitais. Essa é a segunda tarefa territorial do Estado depois que ele constrói as fronteiras.

A terceira fase ou grande atributo do Estado é promover a valorização dos territórios. Isso passa fundamentalmente pela construção de grandes unidades de energia, principalmente. O desenvolvimento se faz com o uso de energia e é preciso construir usinas, pelo menos com uma parte de financiamento e planejamento cabendo ao Estado, que orienta a construção de usinas que possam gerar um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões que compõem o território nacional. Usinas de toda ordem, como as petroquímicas, hidrelétricas e outras unidades industriais geradoras de matérias-primas para as demais indústrias são, assim, fundamentais, e por essa razão receberam corretamente o nome de indústrias motrizes.

Finalmente, depois que esse outro elemento é alcançado, essa outra parte das funções estatais é obtida, aí o Estado já está bem desenvolvido em termos territoriais. A outra tarefa que se imporá naturalmente será a da projeção exterior do Estado, porque se o território tem portões de entradas e saídas de pessoas e mercadorias, põe-se que as relações inter-estatais são

² Prof. Dr.^o do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e integrante da mesa-redonda.

fundamentalmente, relações transfronteiriças, e cabe, portanto, também ao Estado, zelar pelos interesses da sociedade nacional, mesmo fora de suas fronteiras.

Dessa maneira, temos que admitir que o período que a gente está vivendo agora no Brasil, é fundamentalmente este, qual seja, o da prioridade de sua projeção exterior. Nós destacamos o empenho dos Estados em tentar favorecer suas empresas multinacionais nas concorrências por aí afora, tentando expandir os negócios dos empresários nacionais para o espaço global. É justamente porque estamos nessa fase histórica dentro do sistema de Estados que começamos a sofrer um problema bastante agudo – na minha opinião – em termos de requalificação de nosso papel no mundo. Agora, como não há muito espaço para expandir e há muitas potências projetando-se para o mundo exterior – é óbvio que sendo o espaço planetário limitado e diminuto –, a expectativa que se abre é justamente o choque de projeções de forças entre os Estados, fundamentalmente, entre os grandes territórios que têm capacidade para expandir suas economias para além de seus espaços de soberania.

Com relação aos momentos históricos dos sistemas de Estados, nós poderíamos lembrar justamente aquela fase da Antiguidade Clássica, onde a grande dialética era entre civilização e barbárie. Curiosa dialética porque, enquanto a barbárie era marcada por um nomadismo, por um deslocamento no território, as civilizações definem-se ao contrário, pela sedimentação ou fixação ao solo. No entanto, o que se observou na maioria das vezes, talvez com uma grande exceção que foram os Mongóis, que conseguiram construir a partir de um nomadismo um império territorial gigantesco, aliás, o maior de toda a história humana – ia da Polônia até o Camboja –, afora essa excepcionalidade histórica, o que se viu foi o contrário, isto é, o que se viu até a queda de Roma, foram às civilizações avançando sobre os territórios bárbaros, de modo que esse é o choque da Antiguidade, período histórico que termina justamente quando se inverte o sentido da expansão. Como é sabido, no lado ocidental da Europa tivemos a expansão romana sobre as comunidades germânicas primeiro e, em seguida, esta sofreu uma interrupção ocorrendo a seguir o movimento oposto. Desabará assim o Império Romano sendo rompida a *limes*, que era a fronteira do Império com o mundo bárbaro, e a história do Ocidente mudará completamente. Aconteceu a mesma coisa em relação à China, com os mongóis invadindo e conseguindo ultrapassar a Grande Muralha. O Norte bárbaro derramou-se sobre o sul civilizado.

Essa vitória bárbara sobre a civilização nesse momento inaugurará exatamente aquilo a que chamamos Idade Média, que é um período de grande fragmentação territorial, não há mais essas grandes unidades como o Império Chinês e o Império Romano, o que vai se observar é justamente a plasticidade dos territórios – são as “*fronteiras móveis*” de que falava Jaques Ancel. Esses territórios flutuantes e não contíguos, porque o conteúdo dinástico do Estado fazia com que uma família real possuísse territórios em vários lugares (como ilhas), gerava uma grande confusão e complicação, sobretudo o comércio vivia estrangulado, porque havia tantas barreiras a serem cruzadas que o sistema de comércio ficava extremamente limitado à escala local. A insegurança permanente, as guerras constantes, as conquistas de territórios contínuos, traziam uma grande insegurança coletiva e individual. Isso obrigou o movimento oposto, ou seja, da compactação territorial e da construção de fronteiras rígidas e permanentes, que pudessem trazer ao maior número de pessoas aquele mínimo de tranquilidade coletiva, que é a função primária do Estado moderno a partir do estabelecimento de fronteiras jurídicas sólidas e mais perenes.

Essa fase histórica, que vem desde a da formação do Estado português até pelo menos a I Guerra Mundial, configura uma situação que agora começa a ser colocada em xeque, a partir dos movimentos que sinteticamente são conhecidos pelo nome de “*globalização*”. Como já sabemos, trata-se de um fenômeno bastante antigo, o da construção do mercado mundial – diga-se de passagem, é até anterior ao estabelecimento do Estado nacional. Houve um momento na década de 1990, certamente depois do desaparecimento da União Soviética,

que o capital internacional encontrou uma oportunidade de ouro para construir aquilo que ele nunca tinha sido capaz de fazer, isto é, obter o território do capital como sendo a superfície do planeta inteiro. Nunca tinha conseguido isso. Na década de 1990 criou-se a oportunidade que o capital não desperdiçou. Procurou avançar até aos últimos e mais recônditos rincões do planeta.

É claro que isso foi muito facilitado pelas novas tecnologias de transporte e, sobretudo, comunicação, porque o transporte não é tão rápido quanto à comunicação. Aí nós temos um problema de ilusão de ótica, porque mesmo que você faça uma compra pelo “Amazon” muito rapidamente, para a mercadoria chegar levará algum tempo. Se ela vai de navio, continua levando meses. Por exemplo, uma viagem de ida-e-volta Santos a Hong Kong leva noventa dias. Os aviões não conseguem superar os novecentos quilômetros por hora. Vide o que aconteceu com o “Concorde” que tentou superar isso num transporte supersônico de passageiros. Não funcionou. Há uma limitação física, porque há um desconforto, de sorte que o transporte tem que atender às condições biológicas do ser humano. Ele tem uma limitação, ao passo que a comunicação nos dá a ilusão do “teletransporte”, da imediatez, do tempo real. Sabemos que temos unidades de tempo micro nas trocas de mensagens via internet, mas há sempre uma defasagem, um intervalo, entre emissão e recepção da mensagem. De qualquer maneira, o que quero dizer é que com esse movimento mais recente partiu-se para uma ideologização de que as fronteiras tinham perdido seu significado, o espaço terrestre estaria unificado num único sistema, os Estados nacionais teriam perdido seu sentido para o mercado mundial, e tudo estaria homogeneizado. Conseqüentemente, poderíamos viver num mundo de liberdades, onde a natureza humana voltada para a aventura, o deslocamento, o prazer da viagem, teria condições ilimitadas de desenvolvimento. Não é a nossa realidade. Pelo contrário, o que se tem assistido é uma limitação cada vez mais feroz dos deslocamentos humanos, sobretudo aqueles que dizem respeito às migrações, quando uma população de pouca qualificação profissional tenta a sorte em países desenvolvidos. Turista é uma coisa, imigrante é outra.

Caiu o Muro de Berlim e criou-se um muro gigantesco entre o México e os Estados Unidos, com cerca eletrificada, com guardas de fronteira extremamente violentos e milícias civis que assassinam os que tentam atravessar, de sorte que vocês podem comparar o que isso significa em termos de violência. Nos trinta anos do Muro de Berlim foram mortas novecentas pessoas que tentaram atravessá-lo. A cada ano morrem mais de mil pessoas que tentam cruzar a fronteira dos Estados Unidos com o México. Há outros lugares com fronteiras extremamente rígidas, como a Europa, que cria a cada dia maiores barreiras e dificuldades aos não-europeus. Na Palestina com as muralhas que Israel está construindo, estamos assistindo ao retorno dos castelos fortificados, como, aliás, são os condomínios urbanos e suburbanos. Então, esse mundo sem fronteiras não passou de um discurso.

E o que temos afinal hoje em dia que possa mostrar uma tendência de mudança? Na minha opinião, o que configura uma situação de tensão mundial muito grande e que repete de alguma maneira o momento histórico de grande crise mundial, como se deu na passagem do século XVIII para o XIX, quando o modelo colonial, o absolutismo e o *Ancien Regime* entraram em crise, algo semelhante me parece que acontece agora na passagem do século XX para o XXI. Uma crise de profundidade semelhante. Em primeiro lugar, há um grande conflito entre duas estratégias mundiais, uma que procura a monopolaridade, onde um único centro de poder seja capaz de emanar as inovações, os controles e normas e regule o tempo todo o espaço mundial, e a outra que é o multipolarismo. O primeiro é o projeto dos Estados Unidos já de algum tempo. Assim, a grande questão que se coloca num ano eleitoral nos Estados Unidos é se essa: a política de monopolaridade é exclusiva do governo Bush? Talvez dos republicanos? Ou é uma política do Estado americano, independentemente de quem ocupa a presidência?

Para respondermos a isso é preciso descermos a um nível de detalhe que me parece, revelar algo bastante preocupante: o sentido de fronteira nas Américas, incluindo aqui um componente cultural. Explico melhor. As fronteiras para os portugueses e para os brasileiros, pois herdamos a tradição portuguesa, nasciam de um contrato. Foi assim com os Tratados de Tordesilhas, o Tratado de Madri, de Badajóz, etc. A maioria dos conflitos territoriais que o Brasil teve no século XIX e início do XX foram resolvidos mediante negociações (o professor Cataia lembrou das Guianas). O Brasil herdou uma tradição de Portugal de obter os acordos fronteiriços por via diplomática, porque na leitura portuguesa – e talvez por ser o Estado moderno mais antigo do mundo – a fronteira nascia de um contrato entre duas partes juridicamente iguais. Mesmo sendo um Estado fraco militarmente, em comparação com a Espanha, mas sendo adiantado cientificamente nos séculos XV e XVI, Portugal procurou pela via da legalidade obter o acordo dos demais participantes do jogo de poder mundial. Por isso Tordesilhas, um acordo com a Espanha abençoado pelo Papa, que era a autoridade internacional da época, de modo que para nós, desde a nossa formação, enquanto um espaço ainda colonial português, a fronteira aparece como um contrato, algo que tem que ser acordado e, portanto, respeitado. Essa não é a visão norte-americana.

Baseada no conceito inglês de fronteira –*frontier*– que é considerado um espaço em movimento, e não fixo, para o anglo-americano, a fronteira é um limite a ser ultrapassado. É fácil a gente perceber isso em toda a formação dos Estados Unidos. As Treze Colônias nunca se conformaram em não ultrapassar os Apalaches. Atravessaram o rio Mississipi em seguida, e pouco depois a cordilheira das Rochosas e então atingiram o oceano Pacífico. Essa é a idéia do “*Destino Manifesto*” da nação americana. Depois de chegarem ao Pacífico eles não pararam por aí. Logo foram para o Havaí, e para Porto Rico nas Antilhas. Ninguém consegue detê-los. Estão agora no Oriente Médio, no Afeganistão, Iraque. Eles só se detêm quando uma força militar de capacidade semelhante à sua lhes opõem resistência. É a expressão mais clara do sentido de “*isóborá*” política concedido por Jaques Ancel às fronteiras. Para eles, a fronteira é uma barreira que tem que ser ultrapassada. Tanto assim que já fincaram uma bandeira na Lua e têm a idéia de colonizar Marte.

Curiosamente, para nossos vizinhos hispano-americanos, a fronteira não é um contrato que tem que ser respeitado nem é uma base física e temporária que deve ser removida. Para eles, a fronteira simplesmente não faz sentido. Ela não existe, a não ser como artifício, como forma arbitrária de controle e divisão dos povos. Se analisarmos o porquê pensam assim, isso se relaciona com as sociedades indígenas pretéritas deles, que criaram espaços bastante organizados, mas esse processo histórico autônomo foi interrompido pela colonização espanhola e, diante da pulverização do espaço espanhol na América, cujas identidades indígenas os transcendiam, para os hispano-americanos as fronteiras não fazem sentido, porque essas nacionalidades entre nossos vizinhos não estão bem delimitadas nas fronteiras, ao contrário do que acontece com o Brasil, que é uma espécie de ilha-continente cercada de língua espanhola pelo oeste e norte – exceto nas Guianas –, e pelo oceano, no lado oriental. O Brasil é uma ilha portuguesa num mar de hispanidade. Como eles, hispânicos, sofreram com os Estados Unidos, principalmente o México com a ocupação dos territórios que eram então mestiços entre hispanos e ameríndios e foram ocupados pelos anglo-americanos, mesmo aí a fronteira não faz muito sentido, pois já estão integrados, mexicanos de um e do outro lado da fronteira. Aquele já era um espaço que lhes cabia. A questão da fronteira não é levada muito a sério, portanto, por nossos vizinhos, mas a questão da identidade é. Conosco ocorre o inverso.

Tanto não é levada tão a sério que, quando ocorrem episódios, como esses recentes, de um ataque colombiano no território estrangeiro, como foi o caso do Equador, fica uma polêmica que nunca é bem definida, nunca se vai às últimas consequências. Ao final, se busca a participação dos outros dois atores americanos – Brasil e Estados Unidos – para fazerem um acordo. Nesse tenso conflito coube à diplomacia brasileira obter um acordo num primeiro

momento, que depois foi negociado com os Estados Unidos (que apoiavam a Colômbia), uma vez que na doutrina deles, como se viu, as fronteiras não devem ser respeitadas, se o território vizinho abriga um grupo terrorista. Com isso eles queriam que aceitássemos a idéia da guerra preventiva. O combate ao terror deveria ser executado à revelia do respeito às fronteiras. Como a doutrina brasileira é exatamente oposta, o Brasil buscou a condenação do ataque e atenuou o conflito com a exigência do pedido de desculpas da Colômbia ao Equador.

E é compreensível que seja dessa forma, porque tanto os anglo-americanos quanto os luso-americanos expandiram seus territórios, ao passo que os hispano-americanos encolheram seus territórios. Esse encolhimento é um dos elementos que explica a fragmentação. No Brasil manteve-se a unidade e o país está integrado. A nossa expansão ocorreu para além de Tordesilhas – é verdade que muito disso se deve à União Ibérica que facilitou o avanço na Amazônia, ainda que por breve tempo – e o país não tem mais necessidade de mais território. Para usar uma expressão empregada no tempo do auge da Geopolítica – que ocorreu na primeira metade do século XX -, o Brasil é um país geopoliticamente “*satisfeito*”. Esse é um conceito interessante para ser lembrado, porque o que tivemos na segunda Guerra Mundial foi claramente uma disputa entre países geopoliticamente “*insatisfeitos*” e “*satisfeitos*”. Por isso se deu a aliança do liberalismo com o comunismo, entre a União Soviética e os Estados Unidos contra países do centro da Europa e o pequeno Japão, espremido entre a China de um lado, a Rússia ao norte e os Estados Unidos ao leste. Para além da ordem ideológica, naquela altura, claramente houve um embate territorial.

Agora observamos que se revalorizam os grandes espaços e territórios. Depois de um período que se considerou que o território não era importante, nos anos de 1990, em que Ratzel estava definitivamente errado, pois espaço não era mais poder, já que poder era agora a tecnologia, oriunda, sobretudo, do Japão e dos Tigres Asiáticos, e novos modelos de gerenciamento e cooperação vinham, sobretudo, do norte da Itália. Então, o discurso que passou a vigorar naquele momento era justamente a pouca importância do território, as fronteiras desapareciam com a perda de poder do espaço e com a supremacia da tecnologia. Essa teoria não precisou de dez anos para ser contestada. O Japão parou de crescer, teve suas possibilidades de expansão tolhidas pelos Estados Unidos – que impuseram ao Japão a valorização do dólar – e pelos países gigantes, como a China que cresceu de maneira acelerada. Mesmo depois do desabamento da União Soviética, a idéia dos grandes espaços serem os grandes poderes mundiais reaparece. Estados Unidos, Brasil, Rússia, Índia e China são os cinco grandes. A construção de um outro espaço geoeconômico e geopolítico ainda é uma dúvida, que é a União Européia. Vide as contradições internas dentro dela. A Inglaterra não aceita a moeda euro. Houve uma divisão séria com relação à invasão do Iraque. Eles não são capazes de montar uma política externa comum ou integrar as forças armadas. A OTAN (Tratado das Organizações do Atlântico Norte) continua a atuar na Europa, o que significa que a influência americana é grande. As tropas americanas ainda estão na Alemanha. Então, a União Européia é uma grande dúvida. Pela falta de uma integração política, dificilmente a União Européia atuará no século XXI como um ator geopolítico confiável e importante.

Na Geografia nós vivemos um grande embate teórico e ideológico. Uma literatura que se desenvolveu na década de 1970, com boa dose de razão, diz que para fazer a crítica do nacionalismo e do fetichismo do espaço, é preciso considerar que as lutas sociais são, antes de mais nada, entre classes e atores sociais, e não entre lugares. Portanto, imaginar que territórios pudessem estar em conflito significa uma ilusão ideológica. Não obstante, o que se observa, é que o território é sempre utilizado como elemento de mobilização política e social. O professor Cataia lembrou bem, e eu faço questão de salientar, que estamos vivendo na nossa vizinhança um momento muito perigoso por conta da constituição do movimento separatista de *Santa Cruz de la Sierra*, que já obteve uma vitória política importante com a realização do seu plebiscito. Agora, outros Departamentos da Bolívia estão na mesma linha e colocaram o

presidente Evo Morales contra a parede, obrigando-o a convocar um *referendum* revogatório de todos os mandatos, o que coloca nosso mais pobre vizinho em uma situação extremamente delicada.

Todos sabem que se não fosse a atuação de um ator externo à região, insuflando esse movimento, é provável que o mesmo não tivesse muitas condições de ir adiante. A partir do momento que a maior potência da Terra declara que essas manifestações são democráticas e legítimas, e ao lado desse discurso, na Colômbia treinam-se tropas pela CIA (Agência de Inteligência Americana) ligadas às forças de Autodefesa colombianas, para enfrentar o exército boliviano em caso de não-revogação da nova constituição, o quadro parece ficar extremamente perigoso. Talvez o Brasil não possa virar as costas para esse conflito, como em outras oportunidades, porque ele é reconhecido como a grande potência regional.

De sorte que, numa tipologia de conflitos, esses conflitos têm um componente territorial, ainda que possamos estabelecer divisões e alianças de classe nessas mobilizações, porque em cada território se cristaliza um projeto político, que pode ser inter-classista, ainda que haja uma divisão social. Então, a análise dos conflitos deve passar, em primeiro lugar, pela constatação de qual é o embate ideológico embutido neles. Ou seja, quais são os valores em jogo. Em segundo lugar é preciso saber: qual é o cenário geopolítico mais geral? Quais são os interesses das potências mundiais? Portanto, por onde passam à geopolítica e suas teorias, e até onde estão além da ideologia? Terceiro: qual a tendência da história regional num período de médio prazo? Finalmente, quarto: como está a política local, quais suas principais tradições, quem são e como se comportam os líderes partidários e demais chefes políticos locais? Fazendo este roteiro, acho que poderemos obter uma análise bastante concreta dos conflitos e, a partir disso, poder-se-á estabelecer uma estratégia para a superação deles.

Por fim, dois problemas cotidianos de nossos vizinhos que atingem mais aqueles que moram próximo às fronteiras. Um conflito que apareceu nos últimos dias em função da eleição no Paraguai, onde um prefeito com uma bandeira do Brasil procurou mobilizar a mídia contra o nosso país, dizendo que era necessário revisar o acordo da Itaipu Binacional, e estão tentando agora estimular um conflito entre Brasil e Paraguai. Parece-me que a tensão paraguaia é totalmente artificial, porque o Paraguai não está vivendo um drama social tão agudo como o boliviano.

Em contrapartida, o conflito boliviano ganha uma dramaticidade de tamanha natureza que devemos voltar à Geopolítica, porque a Bolívia, em sua posição de centralidade na América do Sul, se vier a sofrer um processo de guerra civil, vai contaminar todo o continente. Veremos não apenas um problema interno da Bolívia, mas generalizado no continente. Ora! A quem interessa provocar incidentes na América do Sul que a levem na contramão da integração continental que vem se realizando há algum tempo? A busca pela aproximação dos países ao invés de sua divisão ficou consagrada com o Mercosul (o Mercado Comum do Sul), com a aproximação do Brasil à Argentina, que integrou a Venezuela e dá sinais de ser um projeto mais sério³. Portanto, é de interesse, sobretudo, da diplomacia do Estado brasileiro, mais do que de governos que se alternam no poder, a construção de um continente de paz, porque só isso poderá trazer um necessário desenvolvimento de nossas sociedades. Sem o estabelecimento da paz entre os sulamericanos, será impossível qualquer projeto de integração. Nesse sentido, defendo que o Brasil adote a proposta de construção da ferrovia Santos-Arica – proposta que já tem mais de um século e não consegue se realizar, pois sempre tem alguém dizendo que falta dinheiro ou existem problemas de engenharia insanáveis a enfrentar. Não havendo essa ligação entre os dois oceanos que banham a América do Sul, o continente se mantém desintegrado. Essa ferrovia teria o condão de unir a

³ Hoje está se assinando em Brasília a constituição da União dos Países Sulamericanos (UNASUL).

planície e o altiplano da Bolívia. Integrando a Bolívia, unirá os sulamericanos. Por isso encerro com essa idéia, que gostaria que vocês compartilhassem comigo. Muito obrigado.

DEBATE

Questão 1

Marcelo Dornelis Carvalho⁴ – UNIOESTE

O Mészáros fala no livro *“Para além do capital”* da possibilidade da construção de um Estado mundial. Gostaria que vocês comentassem a necessidade de uma certa uniformidade por parte do capital para circular e investir. Por outro lado, existem as contradições nacionais. É possível haver um Estado mundial, uma estratégia multipolar de convivência pacífica entre grandes potências?

Resposta André Roberto Martin: O desejo de um governo do mundo é antigo, pois muitos crêem que só um governo mundial acabaria com os conflitos. Emanuel Kant propôs em *“A paz perpétua”* uma federação mundial, idéia usada para constituir a ONU (Organização das Nações Unidas). No entanto, o que acontece? Não conseguimos unir o mundo todo porque justamente nas questões internacionais tem prevalecido à força armada, esse elemento de desagregação. Observamos que esse é um instrumento fundamental na política internacional. Talvez no futuro haverá um governo mundial. Mas, convenhamos: se é para ser um governo mundial democrático, devemos ter um parlamento mundial. Quantos deputados teria a China? Só isso basta para ver que essa idéia não é muito viável, ao menos por ora. O que a história demonstra é que prevalece o poder baseado na força. Os Estados Unidos só têm respeitado aqueles que têm força equivalente. Não adianta fingir que a Rússia é *“carta fora do baralho”*. Ela tem cinco mil ogivas nucleares. O que eles farão com isso? São usadas como instrumento de política nacional quando seus interesses estão afetados. Por isso, eu sou favorável que a paz mundial não se assenta num único governo mundial. Para isso teria que *“correr muito sangue”*. Quem será o centro de poder que dobrará os outros centros para instalar seu domínio? Isso é um preço muito grande que a humanidade terá que pagar.

Mais viável é a idéia de equilíbrio de poder. É pelo receio que uma potência tem da outra que se pode estabelecer uma convivência pacífica no mundo. A dificuldade que domina o projeto unipolar é claro. Os Estados Unidos querem normas internacionais a partir de seus interesses, que o mundo respeite a globalização e o livre mercado, mas eles não se vêm obrigados a acatar qualquer norma internacional. A globalização vale para os outros. Eles não assinam o Tratado de Kyoto, não aceitam o Tribunal Internacional de Haia... É como o ditado: *“faça o que eu digo, não faça o que eu faço”*. Só dá para pensar um mundo um pouco melhor com o equilíbrio de forças, nesse sentido é inescapável que o Brasil seja chamado a tomar o seu lugar. Isso é um desafio muito grande para nossa sociedade, acostumada a ser colonizada e não a ser potência com responsabilidades mundiais.

Isso exige forças armadas poderosas. Por conta da ditadura militar recente, há uma certa preocupação com questões dessa natureza. Lembram-se do Enéas? Mas a Índia, Paquistão e Israel têm a bomba nuclear, o Irã a está produzindo, ou não... Por que o Brasil não pode tê-la? Ao contrário do discurso dominante, a bomba nuclear é um elemento de dissuasão. Por isso, não ocorreu a Terceira Guerra Mundial. Para que a diplomacia brasileira seja mais respeitada é preciso melhorar as forças armadas.

Resposta Márcio Antonio Cataia: Como lembrou o André, a proposta de um Estado mundial vem do Kant. É importante notar que a idéia de governo mundial partiu do

⁴ Prof. Dr^o. do Colegiado de Geografia, *campus* de Marechal Cândido Rondon.

hemisfério norte e nunca do sul. A proposta do Habermans no livro chamado “*Constelação pós-nacional*” é que o mundo se organize conforme a Europa se organizava. Evidentemente que ele não lembrou do espaço construído dentro da Europa e que é uma fronteira dentro do continente, que não une todos os países que integram a União Européia. Pede-se passaporte para entrar. Não há trânsito livre para todos os europeus dentro da Europa. São propostas que defendem a união, mas quem governaria esse projeto? Como esse projeto poderia ser realizado? A pergunta deve ser feita como disse o Jean Gottmann, no livro “*A política de Estado e Geografia*”, onde ele se questiona porque o mundo não é uma bola de bilhar? Do ponto de vista político, a brincadeira dele é essa: o mundo tem fronteiras. A pergunta dele era porque existem fronteiras? Existe porque os projetos são distintos. Para o Jean Gottmann, a beleza da humanidade, distinta dos animais, consegue construir projetos diferentes num mesmo ambiente físico, como o deserto do Saara, por exemplo.

A idéia fundamental para a construção dessa unidade é pensá-la a partir do sul. Acompanhei uma fala do Hugo Chávez propondo a integração da América do Sul. Só que a América do Sul, na visão dele, passa pela construção de um projeto original, que deve ser cópia da União Européia. Como é que se elabora essa unidade com as realidades da América do Sul? Onde muitos países possuem mais de uma língua? Quando os projetos são distintos em função de quê? Essa resposta de um projeto único só pode vir da Geografia, porque nós sabemos o que significa a diversidade e como a diversidade propõem projetos que são distintos. Então é pouco provável que tenhamos um projeto que integre o mundo, pois quem o realizaria?

Por ordem do Estado norte-americano, que pressiona os organismos de financiamento, sobretudo o Banco Mundial, para que a África Subsaariana não receba empréstimos, porque há um projeto claro dos americanos em fazer desta região seu depósito de lixo atômico, que eles não têm onde colocar. O Neil Smith fala sobre isso. Então, o problema é a construção de projetos. Qual é o nosso projeto de integração? De onde a gente parte? Porque os projetos pelo Norte elaborados para nós colocam um papel subalterno de integração do mundo.

É inegável a integração hoje, mas fechar as fronteiras às ideias é complicado, porque as mercadorias circulam, a polícia está na fronteira... É o Braudel que lembra que é a circulação de contrabando no mundo mediterrâneo era mais importante do que o mercado legal. Então, houve um projeto para que tudo isso fosse capturado dentro de um tipo de economia. Como será elaborada essa inserção de uma nação no exterior?